

## Notas e comentários

### A história econômica vista sob a perspectiva das revistas de economia

Flávio Azevedo Marques de Saes

1. Introdução; 2. Tendências e temas.

#### 1. Introdução

A história econômica não encontrou, no Brasil, uma publicação específica. A *Revista de História da Economia Brasileira* não foi além de seu primeiro número. Caso tivesse sobrevivido seria, com certeza, o ponto de encontro de artigos de história econômica. Na sua falta, tais artigos acabaram dispersos por várias publicações. As revistas de economia substituíram, por vezes, a revista de história econômica não-existente no Brasil.

Esta nota procura observar as tendências predominantes nos artigos de história econômica publicados nos mais importantes periódicos de economia do Brasil. Para tanto, fizemos o levantamento prévio dessa bibliografia (anexada em apêndice a esta nota).

Convém deixar claro, de início, o critério utilizado na seleção de artigos e revistas e, em consequência, os limites a que esta nota está sujeita.

A primeira restrição diz respeito aos periódicos a estudar. Dentre os vários tipos de revistas de economia, preferimos nos restringir àquelas

publicadas por instituições dedicadas à pesquisa por sua própria natureza (principalmente aquelas ligadas a faculdades ou instituições universitárias). Tal escolha se justifica porque estas publicações concentram grande parte dos artigos de história em revistas de economia; e também porque estes artigos se caracterizam por refletir esforço de pesquisa e reflexão dos autores.

A este tipo de periódico contrapõem-se dois outros: o de revistas publicadas por entidades representativas de classe (Federação de Indústrias, associações comerciais, entidades de economistas etc.): neste caso o interesse pela história é reduzido, apesar do excelente nível das publicações (como, por exemplo, *Estudos Econômicos* e *Desenvolvimento e Conjuntura* da Confederação Nacional das Indústrias, *Econômica Brasileira* do Clube dos Economistas do Rio de Janeiro). O segundo grupo é composto por revistas dedicadas a estudos de conjuntura dos negócios e dirigidas a público mais amplo. Aqui, o interesse pela história é eventual e assume, quase sempre, o caráter de reportagem (por exemplo, a série "Os pioneiros" da revista *Exame*: apesar de muito bem cuidada não pode ser incluída em bibliografias de história pela própria preocupação implícita na série).

Para a seleção dos artigos publicados nestas revistas utilizamos critério relativamente amplo: não nos restringimos a artigos de história econômica (estritamente definida): relacionamos também artigos de história política e social. Por outro lado, no campo da história econômica do Brasil, abarcamos artigos que, sob critério mais restrito, seriam definidos como pertencentes às áreas de desenvolvimento econômico ou economia brasileira. De modo geral, selecionamos os artigos que discutissem aspectos de história econômica do Brasil até a década de 1930 (problemas da Grande Depressão e da indústria nessa época) e deixamos de lado aqueles que abrangiam a economia brasileira do período da II Grande Guerra em diante. Como qualquer critério arbitrário, este não pode ser considerado definitivo.

Finalmente, a clara afinidade entre administração e economia justifica a inclusão de revistas de administração.

Definidos os limites da pesquisa bibliográfica, procuramos observar, nos artigos pertinentes, as tendências implícitas e os temas de maior interesse dos pesquisadores.

## 2. Tendências e temas

Ao observarmos os artigos de história em revistas de economia podemos distinguir a existência de pelo menos três tendências. Tais tendências diferem quer pela forma como encaram a história, quer pelo instrumental utilizado em seu estudo.

A primeira tendência — que poderíamos chamar a história econômica dos historiadores — faz-se presente de forma quase exclusiva no período de 1947 (ano inicial da *Revista Brasileira de Economia* e da *Revista de Administração*) até 1960. Até esta data, os artigos de história nas revistas de economia são o resultado de pesquisas de historiadores, em geral, vinculados às instituições que patrocinam os periódicos. Caso típico de Alice P. Canabrava (na *Revista de Administração*) e de Francisco Iglésias (na *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas* da Universidade de Minas Gerais). Nos dois casos importa notar que não se trata mais da história factual, mas da história que busca a aproximação com as ciências sociais. A mesma tendência pode ser observada em outros artigos do mesmo período, como os de Nícia V. Luz, Lucilla Herman e outros, o que de resto manifesta fenômeno mais geral dos estudos de história, principalmente na Europa.

Entretanto, um artigo de 1950 merece atenção especial: “Características gerais da economia brasileira” de Celso Furtado (*RBE*, v. 4, março de 1950) anuncia, com bastante antecedência, mudança notável nos rumos da história econômica no Brasil: a entrada de economistas na área de história. Neste artigo já existem, em forma embrionária, algumas idéias mais tarde desenvolvidas no livro *Formação econômica do Brasil*. Ao comentar este livro, Francisco Iglésias afirma: “O livro é de história na perspectiva do economista. Teoria econômica e erudição histórica formam o autor e dão consistência à obra. Interessou-lhe ‘a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos’.”<sup>1</sup>

*Formação econômica do Brasil* pode, a nosso ver, ser tomado como marco para nosso estudo, pois a década de 60 traz para as revistas de economia os temas inicialmente sugeridos por Celso Furtado em sua obra. Nesta onda de artigos, encontramos as duas outras tendências antes referidas.

O segundo grupo se identifica, até certo ponto, com o tipo de análise utilizado por Celso Furtado. Maria da Conceição Tavares e Antônio B. de

<sup>1</sup> Iglésias, Francisco. *História e ideologia*. S. Paulo. Perspectivas, 1971. p. 200.

Castro, economistas ligados então à Comissão Econômica para a América Latina, representam esta tendência, cuja preocupação principal é compreender a economia atual a partir do estudo de seu desenvolvimento histórico.

A terceira tendência se volta à discussão de problemas já sugeridos por Furtado. Compõe-se de economistas (formados na tradição do ensino norte-americano de economia) que usam intensamente a teoria econômica na análise dos problemas atuais e passados. Werner Baer, Donald Huddle e Carlos Peláez (todos procedentes dos EUA) são exemplos típicos dos que adotam esta forma de abordagem.

Nestes anos da década de 70, observa-se mais um fato importante: o número de artigos de história em revistas de economia aumentou consideravelmente. Tal fato parece refletir o crescente interesse pela história econômica na área acadêmica dos EUA (consubstanciada na "New Economic History"). As instituições brasileiras de pesquisas econômicas (influenciadas pelas instituições de ensino dos EUA) passaram a dar maior importância ao estudo da história econômica do Brasil.

Entretanto, o crescente interesse pela história não se fez sem que emergissem divergências quanto aos objetivos de tais estudos e também quanto à própria concepção de história. A seguir procuramos evidenciar tais divergências com base em testemunhos dos próprios autores.

Francisco Iglésias nos permite caracterizar a primeira tendência — a história econômica dos historiadores:

"Fixando-se de maneira sumária o que é história e o que é economia, pode-se ligar as duas noções para chegar à de história econômica. É o que parece ter feito Herbert Heaton, para quem a história econômica descreve os esforços que o homem fez ao longo dos séculos para satisfazer suas necessidades materiais." Esta definição simples é ampliada pois "além de cuidar das mencionadas necessidades materiais e dos modos de resolvê-las, cabe-lhes estudar processos de produção, formas de organização econômica, a ação das empresas ou dos Estados, a repartição da riqueza, os sistemas econômicos. Os cuidados de cálculo e medida lhe são fundamentais, já se quis mesmo fazer dela uma disciplina dominada pelos números, preocupada com estatísticas de produção ou de movimentos de mercado, com a curva de preços ou de salários, como se só aí estivessem seus interesses. Ela seria meramente quantitativista...", mas: "Se tais cuidados são importantes, constituindo base excelente para a configuração da disciplina, que adquire rigor, eles não a esgotam. Ajudam o economista na interpretação de sua especialidade, *mas não explicam a evolução econômica no que tem de*

*mais expressivo. Para tanto, o historiador tem que apelar para o quadro mais amplo, que está além das cifras e medidas: a organização social das várias épocas, com suas implicações.”*<sup>2</sup>

A ampla concepção de história econômica aqui transcrita apresenta os elementos indispensáveis para compreendermos a evolução econômica. Entre eles, vale ressaltar o papel importante, mas limitado, da quantificação e a necessidade de estudar a organização social para explicar a “evolução econômica no que tem de mais expressivo”.

Importantes artigos podem ser identificados com esta concepção de história. Em todos eles associam-se o cuidadoso trabalho empírico para o conhecimento do momento histórico estudado e a busca da explicação dos fatos por meio das ciências sociais. Em geral, tais artigos exploram aspectos regionais ou locais, já que o minucioso trabalho empírico limita a possibilidade de pesquisas nacionais, por exemplo.

Como notamos anteriormente, Alice P. Carrabrava em São Paulo e Francisco Iglésias em Minas Gerais pertencem a este grupo como pioneiros. A história de São Paulo encontra muitas contribuições entre estes artigos: além dos já citados de Alice P. Canabrava que exploram, em especial, o problema da distribuição da terra e da riqueza, devemos fazer outras referências: Lucilla Herrman, M. C. Martins Ribeiro, Nícia Vilella Luz e Maria L. Marcílio.

Há amplo contraste entre a concepção de história deste primeiro grupo com a de Carlos M. Peláez. Este autor representa a terceira tendência identificada — a dos economistas formados na tradição do ensino norte-americano — e afirma:

“Por que razão a história econômica seria diferente da economia? Ela não é senão a aplicação de métodos econômicos em condições de escassez de dados.”<sup>3</sup>

Como vemos, já se reduz sensivelmente o campo da história econômica quando se aceita esta definição. Faz-se mais clara a limitação, no entanto, quando o autor especifica os métodos econômicos a utilizar. E o faz em uma crítica aos “estruturalistas”: “A teorização estruturalista não consiste em uma caixa compacta de ferramentas” como, por exemplo, a da

<sup>2</sup> Iglésias, Francisco. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte. Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, 1959. p. 27-31. (Obs.: grifo nosso.)

<sup>3</sup> Peláez, C. M. Resenha bibliográfica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, p. 267, out./dez. 71.

Chicago School dos Estados Unidos, "mas sim em uma série de generalizações isoladas acerca dos problemas de desenvolvimento que afligem os países latino-americanos".<sup>4</sup>

Como sabemos, a Escola de Chicago advoga a validade universal (portanto, independente do tempo e do espaço) das leis econômicas.<sup>5</sup> Tal fato explica a crítica de Peláez no trecho, aparentemente irônico, a seguir:

"Quer dizer, os latino-americanos deveriam construir uma teoria econômica para a América Latina. Mas por que parar por aí? Os brasileiros poderiam construir uma teoria aplicável ao Brasil. E os cariocas, uma outra para o Rio. E os habitantes da Zona Sul deveriam ter uma só para a região. E finalmente poderíamos chegar a teorias verdadeiramente empíricas para o comportamento econômico de seres tão diversificados como os de Ipanema."<sup>6</sup>

Do transcrito, podemos concluir que a história econômica (para este grupo de economistas) está além da especificidade histórica (de tempo e de espaço) dos eventos que estuda. A teoria econômica seria o único elemento útil para compreender a história econômica, porém nada poderia aprender por meio dela. Esta atitude pode ser contraposta à de Frédéric Mauro que admite a possível diversidade do funcionamento de mecanismos econômicos em épocas diferentes. Nesse sentido, a história consistiria num teste permanente à validade da teoria econômica no passado.<sup>7</sup>

Certamente, o próprio Peláez é o mais freqüente dos autores deste grupo. Seus artigos abordam problemas relativos à Grande Depressão, à política do Governo e à indústria na década de 30 e aspectos monetários da história econômica do Brasil.

Neste grupo ainda se encontram outros autores que, aparentemente, endossam a posição metodológica de Peláez (nem sempre, porém, com a mesma força). Baer e Kerstenetzky, Suzigan, N. Leff, M. Buescu, Portocarrero de Castro, S. Fernandes, A. Fishlow e Holloway, são os principais exemplos de economistas que estudam a história dentro dos limites impostos pela teoria econômica.

<sup>4</sup> Peláez, C. M. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café - 1906-1945. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, p. 7, out./dez. 71.

<sup>5</sup> Ver Friedman, Milton. *Essays in positive economics*. Chicago, The University of Chicago Press, 1966. Especialmente o artigo "The methodology of positive economics", p. 3-43.

<sup>6</sup> Peláez, C. M. Resenha bibliográfica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, p. 267, out./dez. 71.

<sup>7</sup> Mauro, Frédéric. *Nova história e novo mundo*. S. Paulo, Perspectiva, 1969. p. 50-1.

Cabe, finalmente, observar como os representantes da segunda tendência encaram os mesmos problemas. Antonio B. Castro assim apresenta uma coletânea de ensaios:

“Os estudos aqui reunidos referem-se à economia brasileira como ela foi, é e tende a ser. As análises caminham do passado ao presente e, em certos casos, chegam à antevisão do futuro pela elaboração de uma cadeia lógica de transformações econômicas... *O presente é entendido como história e o futuro também.*”<sup>8</sup>

Não é difícil encontrar as semelhanças entre estas proposições e o tipo de trabalho de Celso Furtado: *Formação econômica do Brasil* analisa a história econômica do Brasil desde suas origens e se encerra com o capítulo “Perspectivas para os próximos decênios”. A semelhança se mantém quanto a outro aspecto. O objetivo de Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil* é “simplesmente a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos”. Antonio Castro é mais específico e afirma: “... queremos registrar nosso desacordo com a noção que vem se difundindo entre nós de que a natureza de um trabalho é determinada pela sua ‘base empírica’. Os adeptos desta posição empregam com frequência, em seu benefício, analogias e referências ao supostamente ocorrido nas chamadas ciências da natureza. Cabe advertir, no entanto, que estas já abandonaram há muito a suposição de que fazer ciência é organizar observações e ‘ler no livro aberto da natureza’. Ao negar que o conhecimento científico seja extraído de tabelas, de informações, ou melhor, que esta atitude (ou ‘método’) confira *status* científico a proposições ou teses, não se está colocando de lado a realidade. Pelo contrário, ela está presente na forma pela qual sempre fecundou o pensamento humano: servindo para que outros o testem, escapando ao seu poder explicativo, semeando dúvidas das quais surgirão novas teses.”<sup>9</sup>

Quanto a este grupo cabe ressaltar o plano secundário em que colocam o trabalho empírico em si. Preferem apenas levantar os elementos necessários à análise realizada sem se preocupar com a reconstituição dos eventos históricos. Por outro lado, parecem entender a história como objeto especial de estudo e não apenas como uma aplicação da teoria econômica.

<sup>8</sup> Castro, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio, Forense, 1969. v. 1, p. 9-10. (Obs.: grifo nosso.)

<sup>9</sup> Castro, Antonio Barros de, op. cit. p. 15-6.

Celso Furtado pode ser entendido como o pioneiro deste tipo de estudo no Brasil. Seu artigo "Características gerais da economia brasileira" já coloca idéias mais tarde por ele desenvolvidas. Antonio Barros de Castro e Maria da Conceição Tavares apresentam importantes artigos desta tendência.

Cabem, aqui, algumas observações finais. Nem sempre esta divergência dos autores quanto à concepção de história econômica se faz nítida nos artigos. Temas relativamente restritos mascaram o problema: entretanto, parece-nos importante ter sempre em mente que os resultados de pesquisas podem ser modificados de acordo com a concepção aceita de história. Estudar, por exemplo, o século XVI por meio de postulados da teoria econômica atual deve introduzir elementos que o procedimento inverso — construir a teoria a partir da pesquisa empírica do século XVI — não poderia encontrar. Por isso, o amplo debate destes temas parece necessário para melhor compreendermos as implicações de cada concepção de história.

Quanto aos artigos compulsados, observa-se a preferência de estudos de períodos recentes. São poucas as indicações do período colonial no Brasil (ou mesmo do imperial). Os economistas, em especial, têm evitado estas áreas que continuam como monopólio dos historiadores.

Certamente esta breve nota longe está de esgotar o tema, já que sequer coloca o aspecto mais relevante: qual o papel destes artigos na historiografia brasileira. Entretanto, procurou-se mostrar a crescente importância desses artigos, quer em termos de quantidade, quer na influência que exercem nos rumos atuais da história econômica do Brasil.



## Apêndice

### A. Revistas consultadas

*Revista Brasileira de Economia* publicada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Abreviatura: *RBE*).

*Revista de Administração* publicada pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

*Revista da Faculdade de Ciências Econômicas* publicada pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

*Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul*.

*Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba*.

*Revista de Administração de Empresas* publicada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

*Estudos Económicos* publicada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

*Dados* publicada pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

B. *Artigos* (Relacionados por revista e por ordem cronológica de publicação)

*Revista Brasileira de Economia* (do ano 1, n. 1, set. 1947 a v. 29, n. 2, abr./jun. 1975)

Furtado, Celso. Características gerais da economia brasileira. *RBE*, ano 4, n. 1, mar. 1950.

Schlittler Silva, Hélio. Índices de preços no comércio exterior do Brasil. *RBE*, ano 6, n. 2, jun. 1952.

Baer, W. & Kerstenetzky, I. Substituição de importações e indústria no Brasil. *RBE*, ano 18, n. 3, set. 1964.

Castro, Antonio B. Uma tentativa de interpretação do modelo histórico latino-americano. *RBE*, ano 21, n. 1, mar. 1967.

Baklaroff, R. Fatores externos no desenvolvimento econômico do ponto nevrálgico do Brasil: o centro-sul: 1880-1930. *RBE*, ano 21, n. 4, dez. 1967.

Peláez, Carlos M. A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. *RBE*, ano 22, n. 1, mar. 1968.

Graham, Douglas H. Padrões de divergência e convergência do crescimento econômico regional e das migrações no Brasil 1940-1960. *RBE*, ano 23, n. 3, set. 1969.

Peláez, Carlos M. Acerca da política governamental da Grande Depressão e da industrialização no Brasil. *RBE*, ano 23, n. 3, set. 1969.

———. O desenvolvimento da indústria do aço no Brasil. *RBE*, v. 24, n. 2, abr./jun. 1970.

———. A política econômica do Presidente Vargas: Wirth e The politics of Brazilian development: 1930-1954. *RBE*, v. 24, n. 3, jul./set. 1970.

———. Itabira Iron e a exportação de minério de ferro no Brasil. *RBE*, v. 24, n. 4, out./dez. 1970.

Nicholls, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *RBE*, v. 24, n. 4, out./dez. 1970.

Suzigan, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. *RBE*, v. 25, n. 2, abr./jun. 1971.

———. A política cambial brasileira, 1889-1946. *RBE*, v. 25, n. 3, jul./set. 1971.

Peláez, Carlos M. As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945. *RBE*, v. 25, n. 3, jul./set. 1971.

———. Análise econômica de programa brasileiro de sustentação do café: 1906-1945: teoria, política e medição. *RBE*, v. 25, n. 4, out./dez. 1971.

Lahmeyer Lobo, E. M. et alii. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 — resultados preliminares. *RBE*, v. 25, n. 4, out./dez. 1971.

Leff, Nathaniel. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. *RBE*, v. 26, n. 1, jan./mar. 1972.

———. Estimativa da renda provável no Brasil no século XIX com base nos dados sobre a moeda. *RBE*, v. 26, abr./jun. 1972.

———. Uma perspectiva a longo prazo do desenvolvimento e sub-desenvolvimento brasileiro. *RBE*, v. 26, n. 3, jul./set. 1972.

Gudin, Eugênio. Notas sobre a economia brasileira desde a proclamação da República até nossos dias. *RBE*, v. 26, n. 3, jul./set. 1972.

Luz, Nícia V. & Peláez, C. M. Economia e história: o encontro entre os dois campos do conhecimento. *RBE*, v. 26, n. 3, jul./set. 1972.

Nogueira, D. & Peláez, C. M. Introdução: ensaios sobre a economia brasileira, 1922-1972. *RBE*, v. 26, n. 3, jul./set. 1972.

Rio, José A. A tradição mercantilista na formação brasileira. *RBE*, v. 26, n. 3, jul./set. 1972.

Mauro, Frédéric. Da história seriada ou estatística à história freqüencial ou estrutural: o caso do Brasil. *RBE*, v. 26, n. 3, jul./set. 1972.

Buescu, Mircea. A inflação brasileira de 1850 a 1870: monetarismo e estruturalismo. *RBE*, v. 26, n. 4, out./dez. 1972.

Canabrava, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. *RBE*, v. 26, n. 4, out./dez. 1972.

Peláez, C. M. & Suzigan, W. Bases para a interpretação monetária da história econômica brasileira. *RBE*, v. 26, n. 4, out./dez. 1972.

Nicholls, William. A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil. *RBE*, v. 26, n. 4, out./dez. 1972.

Portocarrero de Castro, H. O. Viabilidade econômica da escravidão no Brasil: 1880-1888. *RBE*, v. 27, n. 1, jan./mar. 1973.

Lahmeyer Lobo, E. M. et alii. Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo de alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930. *RBE*, v. 27, n. 4, out./dez. 1973.

Fernandes, Santiago. Mauá, o economista do Império: análise de sua crítica científica ao padrão ouro. *RBE*, v. 28, n. 1, jan./mar. 1974.

Haddad, Cláudio. Crescimento do produto real brasileiro — 1900-1947. *RBE*, v. 29, n. 1, jan./mar. 1975.

*Revista de Administração* (do n. 1, mar. 1947 a n. 33, dez. 1967).

Canabrava, Alice P. Tendências da bibliografia sobre a história administrativa do município. *Revista de Administração*, ano 1, n. 1, mar. 1947.

Vieira, Dorival T. A evolução do sistema monetário brasileiro. *Revista de Administração*, ano 1, n. 2, jun. 1947.

Herrman, Lucilla. Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos. *Revista de Administração*, ano 2, n. 5/6, 1948.

Luz, Nícia Vilella. A administração provincial de São Paulo em face do movimento abolicionista. *Revista de Administração*, ano 2, n. 8, 1948.

Canabrava, Alice P. A evolução das posturas municipais de Santana de Parnaíba, 1825-1867. *Revista de Administração*, ano 3, n. 9, mar. 1949.

Martins Ribeiro, M. C. Os oficiais da Câmara de São Paulo no século XVI. *Revista de Administração*, ano 3, n. 9, mar. 1949.

Canabrava, A. P. & Vieira da Cunha, M. W. A administração municipal de Santana do Parnaíba nos anos de 1825 a 1867. *Revista de Administração*, ano 3, n. 11/12.

*Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais* (de ano 1, jan./jun. 1952 a ano 2, n. 12, jul./dez. 1957).

Iglésias, Francisco. Elementos para uma história econômica da Capitania de Minas Gerais. *Revista da Fac. de Ciências Econômicas*, ano 1, jan./jun. 1952.

Casassanta, Simão P. Euclides da Cunha e a nossa história econômica. *Revista da Fac. de Ciências Econômicas*, ano 3, n. 5, jan./jun. 1954.

Iglésias, Francisco. Aspectos do desenvolvimento da história econômica. *Revista da Fac. de Ciências Econômicas*, ano 3, n. 6, jul./dez. 1954.

-----, Política unitária do Segundo Reinado. *Revista da Fac. de Ciências Econômicas*, ano 4, n. 8, jul./dez. 1955.

*Revista de Administração de Empresas* (do v. 1, maio/ago. 1961 até v. 15, n. 3, maio/jun. 1975).

Bresser Pereira, L. C. O empresário industrial e a Revolução Brasileira. *RAE*, v. 3, n. 8, jul./set. 1963.

Berlinck, Manoel T. Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização em São Paulo. *RAE*, v. 10, n. 1, mar. 1964.

Bresser, Pereira, L. C. Oribens étnicas e sociais do empresariado paulista. *RAE*, v. 4, n. 11, jun. 1964.

Loureiro, José Eduardo. Conflito industrial no Brasil. *RAE*, v. 7, n. 24, jun. 1967.

Ianni, Octavio. Ideologia e prática do planejamento durante o Estado Novo. *RAE*, v. 11, n. 1, mar. 1971.

Carone, Edgar. Coronelismo: definição histórica e bibliografia. *RAE*, v. 11, n. 3, set. 1971.

-----, Roberto Simonsen e a sua obra. *RAE*, v. 11, n. 4, dez. 1971.

-----, Oligarquias: definição e bibliografia. *RAE*, v. 12, n. 1, mar. 1972.

Blount III, J. A. A administração da saúde pública no Estado de São Paulo: o serviço sanitário 1892-1918. *RAE*, v. 12, n. 4, dez. 1972.

Bresser Pereira, L. C. Origens étnicas dos dirigentes de empresas paulistas. *RAE*, v. 13, n. 2, jun. 1973.

Baêta Neves, M. C. Greve do sapateiro de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. *RAE*, v. 13, n. 2, jun. 1973.

Srour, Robert H. Oliveira Vianna: uma antecipação teórica. *RAE*, v. 13, n. 4, dez. 1973.

Mauro, Frédéric. O empresário moderno e a história econômica. *RAE*, v. 14, n. 4, jul./ago. 1974.

*DADOS* (de n. 1, 2.º sem. 1966 a n. 9, 1972)

Tavares, Maria Conceição. Substituição de importações e desenvolvimento na América Latina. *Dados*, n. 1, 2.º sem. 1966.

Hasenbalg, C. & Brigagão C. Formação do empresário financeiro no Brasil. *Dados*, n. 8, 1971.

Baer, W. & Villela, A. V. Crescimento industrial e industrialização: revisões dos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil. *Dados*, n. 9, 1972.

*Estudos Econômicos* (de v. 1, n. 1, abr. 1970 a v. 5, n. 1, 1975).

Canabrava, Alice P. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, 1972.

Eisenberg, Peter L. A abolição da escravatura: o problema nas fazendas de açúcar em Pernambuco. *Estudos Econômicos*, v. 2m, n. 6, 1972.

Fishloru, A. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, 1972.

Holloway, Thomas J. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações cafeeiras de São Paulo, 1885-1915. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, 1972.

Marcílio, Maria L. Tendências e estruturas dos domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as listas nominativas de habitantes. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, 1972.

Graham, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro 1880-1930. *Estudos Econômicos*, v. 3, n. 1, 1973.

Denslow, David. As origens da desigualdade regional no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 3, n. 1, 1973.

Smith, Gordon. Comercialização e desenvolvimento econômico: o estudo do caso brasileiro — 1930-1970. *Estudos Econômicos*, v. 3, n. 1, 1973.

Suzigar, Wilson. Uma nota sobre origens e conseqüências da substituição das importações no Brasil de Albert Fishlow. *Estudos Econômicos*, v. 3, n. 1, 1973.

Baer, W. & Vilella, A. V. Alguns comentários sobre a origem e conseqüências da substituição de importações no Brasil de Albert Fishlow. *Estudos Econômicos*, v. 3, n. 1, 1973.

Fishlow, Albert. Algumas observações adicionais sobre a discussão. *Estudos Econômicos*, v. 3, n. 1, 1973.

Versiani, Flávio & Versiani, Maria Thereza. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. *Estudos Econômicos*, v. 5, n. 1, 1975.

#### *Outras revistas*

Mauro, Frédéric. Science économique et science historique. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul*, ano 2, n. 2, dez. 1955.

Vidal, F.<sup>o</sup>, F. Notas sobre a Paraíba de 1855. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba*, n. 1, dez. 1960.

..... Aspectos econômicos da ocupação holandesa na Paraíba. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba*, n. 1, dez. 1960.